



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 229/2022

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito de Canguçu, Sr. Cledemir de Oliveira Gonçalves, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.813.396/0001-14, com sede na Rua Gastão Bicca de Oliveira nº 479, Bairro Centro, Siderópolis/SC, CEP: 88.860-000, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Diego Bernarda Netto, brasileiro, portador do CPF: 034.464.979-27, RG: 4640711 SSP/SC, residente e domiciliado na Av. Victor Meirelles nº 350, Bairro Centro, na cidade de Criciúma/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO TELEFÔNICA, e demais especificações no Termo de Referência do edital.**

Lote	Item	Código	Descrição	Un	Quantidade estimada mês	Valor máximo mensal
1	1	65498	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO TELEFÔNICA.	Mês	12 meses	R\$ 8.800,00
Valor máximo estimado: R\$ 105.600,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo quinto dia útil subsequente ao do mês vencido, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada das devidas planilhas, oriundas das seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Canguçu.

2.2 Todas as notas fiscais/faturas emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

2.3 A contratada deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 10.1.2 Regularidade Fiscal.

2.4 Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A descrição completa referente a prestação dos serviços está descrita no edital e anexo V do edital.

3.2 A entrega, instalação, programação e testes dos equipamentos terão prazo inicial de 30 dias para início das instalações após a Ordem de Serviço e máximo de 90 (Noventa) dias, para conclusão da instalação no Centro Administrativo Municipal e até 180 (sessenta) dias para instalações nos pontos externos contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/serviço.

3.3 **No ato da instalação, configuração, os equipamentos utilizados deverão ter sido descritos na relação sob pena de sofrer as sanções previstas pela Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1.993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL



4.1 O contrato referente ao objeto desta licitação terá vigência a partir da sua elaboração por um período de 12 meses, o qual poderá ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste. Havendo prorrogação do prazo do contrato, na qual será formalizado mediante termo aditivo.

4.2 A contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Unidade contratante em até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

4.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) Em caso de atraso poderão ser cobrados juros e multas previstos na legislação vigente;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- h) Proporcionar livre acesso aos técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às suas dependências e equipamentos, quando se fizer premente e necessário ao bom andamento e prestação do serviço em apreço;
- i) Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;

II - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;

III - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

IV - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;

V - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

VI - Iniciar os serviços na data aprazada;

VII - Substituir no prazo de 10 (dez) dias úteis, o bem não aceito pelo responsável pelo recebimento, por defeito ou por não atender às especificações do contrato.

VIII - Atender aos chamados abertos pelos canais de suporte indicados pela contratada solicitando suporte, assistência técnica ou esclarecimento de dúvidas observando o prazo máximo de 4 (quatro) horas para resposta aos chamados, onde deverão receber SLA de até 24 horas para chamados passíveis de resolução remota, SLA de 72 horas para chamados que necessitam resolução local, sendo SLA de 48 horas para chamados em nível de “emergência”.

IX - Todas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação e hora técnica para viagens à Prefeitura, pontos externos de atendimento no perímetro urbano e no interior do município, serão por conta da Contratada.

X - A contratada realizará treinamento sobre o uso dos equipamentos por ela fornecidos aos usuários e treinamento sobre software de telefonia aos colaboradores lotados na Prefeitura Municipal de Canguçu/RS.



XI - A contratada deverá instalar ponto de acesso de no mínimo 10MB Full, com IP fixo visando comportar o fluxo de ligações e quantidade de linhas, bem como fornecer acesso ao PABX, geração de backups.

XII - A contratada deverá instalar um firewall.

XIII - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Prefeitura Municipal de Canguçu/RS, inclusive quanto aos preços praticados no contrato.

XIV - Levar, imediatamente, ao conhecimento da Gestão Contratual, fatos extraordinários ou anormais que ocorrer na execução do objeto contratado.

XV - Manter-se, durante todo o período de vigência e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no processo licitatório.

XVI - Assegurar-se da boa prestação do serviço, verificando periodicamente o seu bom desempenho. XVII - A Contratada deverá prestar o serviço de assessoria nas contas telefônicas do Município de Canguçu/RS, orientando quanto ao uso racional do serviço de telefonia, ajuste de planos e cancelamento/instalação de linhas telefônicas quando necessário.

XVIII - Fornecer canal de atendimento através de Telefone, Chat, e-mail e chamados on-line.

XIV - A contratada deverá disponibilizar técnicos exclusivos para suporte a redes de telefonia e atendimento no município de Canguçu/RS, visando, assim, agilizar o suporte técnico, bem como, manter a estrutura em ordem e garantir o bom funcionamento da telefonia.

XV - A contratada deverá disponibilizar um aplicativo, possibilitando chamada s entre ramais, números externos, conferências, transferência de ligações e chamadas de vídeo, para instalação nos telefones celulares daquelas pessoas indicadas pelo gestor do contrato, melhorando a mobilidade, permitindo a utilização do serviço mesmo fora de sua sala, gerando dessa forma economia quanto ao uso da telefonia móvel e ficando a cargo da contratante a disponibilização de acesso a dados móveis para o perfeito funcionamento do software.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio de Fiscal indicado pela Secretaria Municipal de Administração.

NOME DO FUNCIONÁRIO: GLAITON LARRI GOULARTE FURTADO MATRÍCULA: 41254

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, alterada, pela Lei 8.883/94;

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VI – Em caso de 03 (três) notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

VII – Quando da realização de fiscalização por parte do setor de Transporte Escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos, poderá ser determinada a interrupção do serviço.

VIII - A rescisão desta contratação dar-se-á na forma e nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

i) Se houver três notificações graves para a empresa contratada, esta poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar.

j) Em caso de 3 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

8.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

9.1.1 Recursos oriundo da Prefeitura Municipal de Canguçu:

Órgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Educação Esportes e Cultura	1208	2395	3.3.90.39.58.0000
Secretaria Municipal de Saúde	1065	2350	3.3.90.39.58.0000
Secretaria Municipal de Administração	1222	2345	3.3.90.39.58.0000

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 43/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações e Lei 10520/2002, Lei 10024/2019 e pelas normas do direito administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

CANGUÇU/RS 15 de Junho de 2022.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
VICE-PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI,
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0E94-CC5A-0F74-13F1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **DIEGO BERNARDA NETTO** (CPF 034.XXX.XXX-27) em 21/06/2022 14:56:35 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO BERNARDA NETTO** (CPF 034.XXX.XXX-27) em 21/06/2022 14:56:48 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO BERNARDA NETTO** (CPF 034.XXX.XXX-27) em 21/06/2022 14:57:19 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO BERNARDA NETTO** (CPF 034.XXX.XXX-27) em 21/06/2022 14:58:27 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **FERNANDA DIAZ FLORES** (CPF 817.XXX.XXX-91) em 21/06/2022 18:11:06 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONCALVES** (CPF 791.XXX.XXX-15) em 22/06/2022 07:23:41 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/0E94-CC5A-0F74-13F1>